

**DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DO EFEITO, SOBRE AS RECEITAS E
DESPESAS, DECORRENTE DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E
BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA
FUNDAMENTAÇÃO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2024

O Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, para o exercício financeiro de 2024, foi elaborado em conformidade com o disposto no:

- Parágrafo 6.º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelece a obrigação de o Poder Executivo apresentar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- Inciso II do art. 5.º da Lei Complementar n.º 101, de quatro de maio de 2000, que estabelece que o projeto de lei orçamentária anual (LOA) será acompanhado de documento a que se refere o § 6.º do art. 165 da Constituição Federal, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO

No que se refere à renúncia fiscal, segundo o disposto no § 1.º do art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Este documento foi elaborado em observância ao demonstrativo de Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, onde podemos observar unicamente possibilidade de renúncia de receita decorrente de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, conforme observamos abaixo:

Tributo	Base legal da Renuncia	Tipo de Renuncia
IPTU	Art. 198 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 011/2005)	Isenção de imposto para: Proprietários de único imóvel – ex-combatente / aposentado, pensionista e mulher aposentada ou viúva com rendimentos iguais ou inferiores a 2 salários mínimos.
IPTU	Art. 194 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 011/2005)	Desconto para: contribuintes que efetuarem o pagamento em uma única cota ou parcela até o dia 31 de março

Fonte: PLDO 2024

Na tabela acima, replicada do anexo da LDO 2024, podemos observar que ambas possibilidades de renúncia de receita, advém da Lei Complementar 011/2005 (Código Tributário Municipal), ou seja, são benefícios vigentes em todos os exercícios a partir da vigência da referida Lei (ano de 2005), não havendo novos impactos na arrecadação deste Ente advindo de outro instrumento legal para o exercício de 2024.

DEMONSTRAÇÃO QUE A RENUNCIA DE RECEITA FOI CONSIDERADA NA ESTIMATIVA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2024

IMPOSTO	2021		2022		2023 (até Setembro)		PLOA 2024
	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação	Previsão	Arrecadação	Previsto
IPTU - Principal	275.100,00	353.995,00	350.000,00	399.533,27	435.830,00	472.175,35	400.000,00
IPTU - Div Ativa	44.100,00	100.164,07	60.000,00	99.118,25	61.800,00	63.851,41	35.000,00

Nas estimativas da receita para o exercício de 2024 foram levadas em consideração as estimativas de renúncia de receita demonstradas, em atendimento ao Art. 14, I da Lei Complementar 101/00. Tal informação pode ser comprovada na tabela acima, onde identificamos que no decorrer dos últimos anos a arrecadação de IPTU (único imposto alcançado pelo benefício do Código Tributário Municipal como já demonstrado) se concretizou sempre acima da previsão inicial, ou seja, a renúncia de receita constante da Lei Complementar Municipal 011/2005 (Código Tributário Municipal) sem sendo constantemente considerada nas previsões orçamentárias durante a elaboração dos projetos de Leis Orçamentárias.

Ressalta-se inclusive que a previsão para o exercício de 2024 encontra-se em valores ainda menores do que o arrecadado até o mês de setembro/2023, isso considerando ainda que no exercício de 2023 a proposta orçamentária já continha em sua previsão a renúncia advinda do

Código Tributário Municipal. Ademais, como não há novos dispositivos na legislação municipal que resulte em renúncia de receita, entendemos que tal estimativa (de receita) somente seria errônea se constasse valores acima dos arrecadados nos anos anteriores, o que realmente demonstraria uma previsão de receita sem considerar tal renúncia (o que efetivamente não é o caso deste Ente conforme já demonstrado).

EFEITO DA RENUNCIA DE RECEITA – REGIONALIZADO

Sendo este Ente trata-se de um município de pequeno porte, sendo basicamente subdividido entre zona urbana e zona rural, estas serão as subdivisões consideradas na regionalização.

ZONA URBANA:

Os efeitos da renúncia da receita do IPTU não contem impacto nas previsões da receita da LOA 2024, uma vez que o dispositivo legal que concede tal benefício data do exercício de 2005 (Código Tributário Municipal) sendo tal renúncia já considerada nas estimativas de receita do exercício de 2024. Ademais a arrecadação da referida receita nos exercícios anteriores também já contava com tal benefício, o que não muda o cenário previsto para o exercício seguinte, uma vez que a arrecadação municipal já vem sendo executada desta forma.

A despesa deste Ente também não deverá sofrer impacto com a referida renúncia, uma vez que as receitas de IPTU (inclusive multa e juros e Dívida Ativa) corresponde a menos de 0,70% do total da arrecadação deste Ente no exercício.

ZONA RURAL:

O único imposto abrangido pela referida renúncia refere-se sobre propriedades urbanas, não havendo o que abranger a área rural em relação às receitas.

Nas despesas com a zona rural, também citamos o percentual das receitas de IPTU (inclusive multa e juros e Dívida Ativa) em relação às receitas gerais é irrisório (abaixo de 0,70%) não acarretando qualquer impacto nas despesas direcionadas à zona rural e agrícola do Ente.